O CONHECIMENTO DAS VARIANTES LINGÜÍSTICAS NÃO-PADRÃO NA PRÁTICA DOCENTE

Claudia Almeida Rodrigues MURTA [1](ISEB)

RESUMO: O objetivo deste texto é discutir as relações de poder manifestadas pela linguagem e o conhecimento das mesmas pelos professores de língua materna no sentido de valorizarem as manifestações em língua não-padrão de seus alunos, afirmando suas identidades lingüísticas e culturais, dando-lhes voz para o estabelecimento do diálogo, para a partir daí entenderem as forças político-ideológicas que regem a linguagem e a importância de se conhecer a variante lingüística padrão ensinada na escola.

PALAVRAS-CHAVE: Variantes não-padrão – Identidade – Docência

ABSTRACT: The objective of this text is to discuss the relationships of power manifested by the language and the knowledge of theirs by the teachers of mother language in the sense of valorizing the manifestations in non-standard language of their students, affirming their linguistic and cultural identities, giving them voice for the establishment of the dialogue, for from then on, they can understand the political-ideological forces which govern the language and the importance of knowing the standard linguistics variant taught at school.

KEY-WORDS: Variant non-pattern - Identity – Teaching

O domínio e a consciência do mundo material, espiritual e social se dão através da linguagem, que é um produto do processo de desenvolvimento histórico da humanidade. De acordo com Marx e Engels em Ideologia Alemã, "a linguagem tão antiga quanto à consciência é nos fatos expressão e produto da consciência real, prática dos intercâmbios sociais, um fenômeno, portanto, essencialmente histórico e social." (MARX; ENGELS, 1989, p. 26)

Seguindo a linha marxista, Bakhtine (apud CARBONI; MAESTRI, 2003) define a linguagem como expressão social do devir histórico, em oposição às visões naturalistas propostas pelo estruturalismo. Esse autor apresentou a língua como expressão e registro do mundo social, portanto representando as contradições sociais, as lutas de classes travadas no seio da sociedade. É na e pela linguagem que as forças hegemônicas se impõem plenamente. É silenciando o outro, sua voz, sua identidade, lingüística e cultural, que os valores dominantes vão se difundindo através de uma ditadura lingüística.

Tomando as palavras de Paulo Freire "a existência humana não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo." (1992, p.78)

A discussão que queremos empreender é em torno da não neutralidade do fenômeno lingüístico, do caráter ideológico e político que a variante "culta" ou "padrão" encerram como o único código aceito, como sinônimo de código lingüístico nacional e a consciência que os futuros docentes devem ter desse caráter para não continuarem a perpetuar o silêncio das classes subalternas.

A ditadura lingüística no Brasil remonta aos 1595 quando os jesuítas promoveram uma homogeneização das línguas aqui faladas os *Koinés* tupis-guaranis, sistematizando alguns falares em uma língua geral. Mas, a grande repressão lingüística foi deflagrada com a reforma político-administrativa empreendida pelo marquês de Pombal com a imposição do português e a erradicação das línguas indígenas. Para impor sua hegemonia política e social, os colonizadores tinham que manter o domínio ideológico, cultural, religioso e principalmente lingüístico.

Apesar da censura lingüística são os falares populares que influenciaram e continuam influenciando a versão culta do português. A sabedoria da consciência lingüística do povo faz surgir uma comunicação mais dinâmica e que traduz a realidade e a cultura do Brasil, na sua heterogeneidade. No entanto, os gramáticos e puristas promovem uma vigilância constante para disseminar a idéia de que o idioma proveniente da plebe é baixo, vil, feio, que a unidade lingüística e hegemônica do padrão culto deve ser mantida, mas não

[1]Mestre em Lingüística pela Universidade Federal de Uberlândia, Professora do Instituto Superior de Educação Berlaar (ISEB) e do Centro Universitário do Cerrado-Patrocínio (UNICERP) / E-mail: claudiaalmeida@unicerp.edu.br

universalizada. Como lembra Antônio Houaiss (apud CARBONI,2003, p.35) a preocupação das elites é que as classes subalternas tivessem um conhecimento do português "reduzido ao mais mínimo gramatical e vocabular, para a sua sobrevivência e obediência."

Bakhtin (op.cit.) lembra que a categoria de linguagem única é processo histórico de forças centrípetas da linguagem que agem opondo-se ao plurilingüismo. Essas forças impuseram-se com a criação da imprensa, da alfabetização em massa, com a supremacia do código escrito e da variante lingüística usada pelo grupo social de poder socioeconômico de determinado momento histórico. A associação da variante lingüística dos grupos hegemônicos ao código escrito conferiria certa legitimidade a esse código que passaria a ser aceito como algo "oficial" que traduziria uma identidade nacional pautada numa tradição gramatical e cultural superior. Bakhtin e Volóshinov (1929) apontam princípios norteadores da visão "oficial" e conservadora da linguagem, no que eles chamam de "objetivismo abstrato", que excluiriam os fatores ideológicos imbricados na linguagem, esta seria regida por leis estritamente lingüísticas que não sofreriam influência histórica e as manifestações individuais que desviassem das leis seriam fatos irracionais do ponto de vista do sistema lingüístico, mas que explicariam as mudanças históricas ocasionais da língua. Todo esse objetivismo serviria para anular ou neutralizar o caráter impositivo de uma variante sobre as demais.

Ao contrário do que pretende o discurso "oficial", a língua é um instrumento de dominação e a variedade padrão veicula conteúdos ideológicos facilmente apreendidos por aqueles que vivenciam a cultura hegemônica, mas que impedem a comunicação de informações para os setores populares, justamente por estes não dominarem os conteúdos culturais veiculados pela língua dita "culta". Exemplo disso é a linguagem usada na transmissão de notícias pela mídia, especialmente a televisiva, cujo acesso se democratizou, mas o conteúdo das informações político-sociais veiculado em língua padrão não é assimilado pela maioria da população por não ser iniciada na cultura escrita e nos conteúdos simbólicos dessa variante lingüística. A língua, pois, constitui o mais poderoso instrumento de exclusão, ela impede que o indivíduo tenha acesso ao saber institucionalizado. Nas palavras de Gnerre (1998, p.22) ela "constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder."

Há que se acreditar, então, que o acesso à educação minimizaria os abismos culturais entre as classes subalternas e as hegemônicas, promovendo a democratização do poder na sociedade. No entanto, a base lingüística que sustenta a superioridade de uma variante, a padrão, sobre as demais é constantemente redefinida na realidade sócio-histórica, justamente no sentido de ser aquela barreira que separa os aptos a exercerem os postos de comando da sociedade, que requer um conhecimento abrangente legitimado pela tradição clássica pautado na linguagem escrita, daqueles que não dispõem dos instrumentos de produção e veiculação do saber. Os processos de "democratização" do ensino da variante padrão via alfabetização em massa e aumento nos recursos educacionais estão quase sempre conjugados com ideologias hegemônicas de padronização da língua no sentido de ser mais um instrumento de controle da parcela da população, que por desconhecer as "normas" sociais veiculadas pela linguagem, fogem ao controle ou ficam à margem de um sistema de produção que necessita expandir.

A pedagogia do controle sempre esteve a serviço daqueles que querem tirar o direito primordial do ser humano, o da palavra, emudecer as classes populares para que estas se submetam, silenciosamente, aos desígnios da minoria hegemônica tem sido tarefa de várias instâncias da sociedade, inclusive da escola. Um dos meios através dos quais a escola tem exercido o poder do silenciamento é pelo não reconhecimento das variantes lingüísticas existentes na sociedade e a eleição e prescrição de uma única variante, a palavra das classes dominantes, como um modelo a ser "per-seguido". As variantes lingüísticas não-padrão, como são conhecidas todas as formas lingüísticas que fogem à norma prescrita, a padrão, a culta, expressam a identidade cultural de seus falantes, são legítimas e cumprem seu papel comunicativo e expressivo.

Perguntamo-nos, então, qual o papel da escola frente à linguagem? Acreditamos que cabe à escola reconhecer, dar voz, ouvir as tantas linguagens que adentram suas portas. Não fazendo juízo de valor, menosprezando, ou até ridicularizando a palavra daqueles que são oriundos das classes populares, sua palavra é legítima, digna de ser ouvida e pronunciada. À escola fica a tarefa de recuperar a história da linguagem daqueles que são silenciados, as causas e conseqüências do emudecimento, e desenvolver o senso crítico e nas palavras de Paulo Freire "a ação pedagógica libertadora dá o direito à palavra de todos e de todas, não apenas de alguns, ninguém tem o direito de dizer a palavra verdadeira sozinho, ou impô-la aos outros."(op.cit.)

Desmistificar o discurso hegemônico da superioridade da língua padrão é tarefa primordial do professor de língua materna consciente. Há sim desigualdade de todos os sentidos na sociedade, inclusive na língua, um sistema lingüístico não é igual ao outro, mas nenhum é melhor ou pior que o outro, todos eles cumprem funções sociais que são as de comunicar, expressar e integrar os indivíduos. Ao professor de língua materna cabe a tarefa de desvelar as implicações históricas da hegemonia de uma variedade de linguagem

que tem maior prestígio social, e que o caráter excludente da mesma assim o é, pois é por meio dela que o homem manifesta as diferenças de classes sociais. É fundamental, portanto, o conhecimento por parte das classes populares do idioma falado pelas classes hegemônicas, mesmo sabendo que esse domínio tenha o propósito de acomodá-los ao sistema engendrado para exploração.

Ao professor de língua materna cabe a consciência de que a língua deveria livre, assim como seus falantes deveriam ser, ela cumpre um papel social de representação identitária. Por isso, reconhecer as variantes não-padrão como válidas, belas e legítimas, é reconhecer o caráter ideológico que envolve a linguagem e as relações de poder por ela manifestadas. Dar voz ao aluno, a sua língua de origem, não a ridicularizando, não corrigindo as suas manifestações verbais, é respeitá-lo como indivíduo que traz consigo uma cultura própria de seu grupo social, que pode não ser a de maior prestígio, mas que o identifica como um ser histórico.

E quanto à norma padrão? Qual a posição da escola frente a essa realidade lingüística? Não queremos com a argumentação empreendida desresponsabilizar a escola e o professor de sua tarefa maior que é a de ensinar uma variante dentre tantas variantes da língua, que é a variante de prestígio social. Conhecer, apropriar-se, fazer uso quando necessário, mas não sentir-se tolhido, monitorado, por uma linguagem que não é própria, que não identifica o indivíduo enquanto ser sociocultural. O papel da escola e do professor de língua é despertar a vontade no aluno de manifesta-se, de usar a linguagem como o instrumento dessa manifestação e de apropriar-se dos códigos disponíveis na sociedade, e principalmente aquele que ele não domina, que não lhe é natural. E saber todo o poder exercido pela linguagem, as lutas travadas no domínio social que se expressam pela linguagem, o silenciamento e inculcação promovidos pela cultura hegemônica, afim de impor-se e resguardar seus privilégios.

O professor e a escola, instituição tradicionalmente legitimadora das forças hegemônicas, podem subverter a ordem se assumirem uma posição não preconceituosa em relação à linguagem, estabelecendo o diálogo na sala de aula, nas variedades lingüísticas que nela adentrarem. A partir desse diálogo, promover a conscientização sobre o poder ideológico das palavras e da dominação que as mesmas podem exercer sobre a sociedade, principalmente sobre aquela parcela apartada do discurso padronizado. O conhecimento da norma padrão pelas classes populares é fundamental, pois só dominando esse padrão o aluno proveniente desse grupo identitário terá como enfrentar a luta, que já é desigual em sua gênese.

Referências bibliográficas

BAKTHIN,M. VOLÓSSHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1978.

CARBONI,F.; MAESTRI,M. **A linguagem escravizada:** língua, histórica, poder e luta de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1992.

GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX & ENGELS. **Ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.